



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Estadual Cibele Moura

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 873 /2021

Referência: Projeto de Lei Ordinária Nº 9, de 2019

Autor (a): Deputado Galba Novaes

Assunto: Dispõe sobre o prazo de permanência de veículos em estacionamento de shoppings, centros comerciais e empresariais e estabelecimento congêneres para deficientes e idosos localizados no estado de alagoas e dá outras providências.

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Projeto de Lei que dispõe sobre o prazo de permanência de veículos em estacionamento de shoppings, centros comerciais e empresariais e estabelecimento congêneres para deficientes e idosos localizados no estado de alagoas e dá outras providências. **Parecer pelo não prosseguimento do processo legislativo.**

1. Relatório.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária apresentado nesta egrégia Casa Legislativa em 18/02/2019, de autoria do excelentíssimo senhor Deputado Galba Novaes, que dispõe sobre o prazo de permanência de veículos em estacionamento de shoppings, centros comerciais e empresarias e estabelecimento congêneres para deficientes e idosos localizados no estado de alagoas e dá outras providências.

A proposição em análise tem como justificativa aperfeiçoar os direitos e garantias da pessoa idosa e a com deficiência, estendendo o tempo de permanência nos estacionamentos, em virtude da dificuldade de locomoção que as mesmas apresentam.

Posto o breve relato, passo a fundamentar e opinar.

2. Fundamentação.

De início, destaco a importância da presente vontade legislativa em querer



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura

potencializar a proteção constitucional das pessoas idosa e com deficiência, conferida não ao Estado, mas sim a toda sociedade.

Contudo, o projeto de lei apresenta vício de iniciativa por não guardar consonância com o art. 22, I, da Constituição Federal de 1988, em razão de legislar sobre matéria de Direito Civil, a qual só pode ser editada pelo Legislativo da União, havendo, inclusive, jurisprudência cristalizada no âmbito do STF.

Assim, resta a presente disposição caracterizada pela sua inconstitucionalidade formal.

Por essas razões, opino pela rejeição deste Projeto de Lei.

3. Conclusão.

Ante o exposto, opino desfavoravelmente ao prosseguimento regular do projeto de lei sob exame, razão pela qual solicito o não prosseguimento do processo legislativo e a imediata rejeição desta proposição.

**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 13 de abril de 2021.**



PRESIDENTE



RELATOR




